

Artigo definido diante de antropônimo no PB: diatopia e diastratia

Definite article before anthroponym in PB: diatopic and diastratic variations

Artículo definido frente al antropónimo en PB: diatopia y diastraty

DOI: 10.54901/educa.v9-687

Ronaldo Nogueira de Moraes¹
Alcides Fernandes de Lima²
Abdelhak Razky³

RESUMO: Este estudo analisa a variação no uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa no português brasileiro, com foco na atuação de condicionamentos extralinguísticos. O fenômeno é abordado na interface entre Sociolinguística, Dialetoлогия e Geossociolinguística, uma vez que sua distribuição envolve fatores sociais e espaciais. A pesquisa fundamenta-se nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, que compreende a heterogeneidade como constitutiva da língua, e em uma perspectiva geossociolinguística, que integra a dimensão geográfica à análise social da variação. O *corpus* é formado por dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, com entrevistas realizadas em 25 capitais brasileiras. A variável dependente corresponde ao uso *versus* não uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa, e as variáveis extralinguísticas analisadas incluem *região, capital, tempo de fundação das capitais, sexo, faixa etária, escolaridade e grau de intimidade com a pessoa mencionada*. Para garantir a consistência da análise, foram estabelecidos critérios de restrição e exclusão dos dados. O tratamento quantitativo foi realizado com o programa GoldVarb X, complementado por representação cartográfica dos resultados. O estudo busca, assim, oferecer um quadro mais amplo e sistemático dessa variável no português brasileiro.

Palavras-chave: artigo definido; nome próprio de pessoa; português brasileiro; Atlas Linguístico do Brasil; geossociolinguística.

1 INTRODUÇÃO

No quadro dos estudos sobre o português brasileiro (PB), a variação no uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoas constitui um fenômeno relevante para a interface entre a Sociolinguística Variacionista e a Geolinguística Contemporânea, uma vez que mobiliza, ao mesmo tempo, condicionamentos estruturais, sociais e espaciais.

¹ Doutor em Letras e Linguística, Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC - PA), Belém, Pará, Brasil. E-mail: ronaldo645@yahoo.com.br

² Pós-Doutor em Letras e Linguística, Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: alcidesfdl@yahoo.com.br

³ Pós-Doutor em Letras e Linguística, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: arazky@gmail.com

Diferentemente do que se observa no português europeu (PE), em que a anteposição do artigo ao antropônimo tende a apresentar maior regularidade em contextos referenciais (cf. Raposo, 1992; Castro, 2001; Raposo e Nascimento, 2013), no PB essa alternância configura-se como um caso expressivo de variação linguística, perceptível no uso cotidiano e frequentemente relacionado a diferenças regionais.

Embora a tradição gramatical tenha, em geral, associado o nome próprio a um referente intrinsecamente determinado, dispensando, em princípio, a presença de um determinante, o funcionamento efetivo da língua em uso revela quadro substancialmente mais complexo, marcado pela alternância entre presença e ausência do artigo. Estudos de natureza sociolinguística e dialetológica sobre esse tema (cf. Callou e Silva, 1997; Amaral, 2003; Almeida Mendes, 2015; Pereira, 2017; Veríssimo, 2020; dentre outros) têm demonstrado que o uso do artigo definido diante de antropônimos não se comporta de maneira uniforme no território brasileiro. Callou e Silva (1997), por exemplo, apontaram a relevância da dimensão regional na descrição do fenômeno, ao passo que estudos posteriores, em recortes locais e comparativos, como o de Amaral (2003) e Almeida Mendes (2015), também contribuíram para o entendimento da variável ao comparar diferentes comunidades mineiras, reforçando a hipótese de que se trata de um uso sensível às normas próprias de cada espaço social e geográfico. Esses estudos, dentre outros, mostram que a anteposição do artigo ao antropônimo não pode ser tratada como fato categórico, mas como fenômeno variável, condicionado por fatores internos e externos ao sistema linguístico. Nesse sentido, faz-se necessária a realização de investigações mais amplas, capazes de oferecer um retrato nacional do comportamento dessa variável no português brasileiro.

É nesse quadro que se insere o presente artigo, que constitui um recorte da tese de doutorado intitulada *Uso do artigo definido diante de nome próprio no português brasileiro: estudo a partir do corpus do Atlas Linguístico do Brasil* (Moraes, 2023). Sem pretender reproduzir a integralidade das discussões desenvolvidas na referida tese, para a qual se remete o leitor à leitura completa, este trabalho focaliza, de modo mais circunscrito, os aspectos sociais e espaciais da variação, buscando compreender como a distribuição do uso e não uso do artigo diante de antropônimos se organiza em função de fatores extralinguísticos relacionados ao espaço geográfico e ao perfil social dos informantes. A delimitação proposta mostra-se pertinente porque permite examinar com maior precisão o funcionamento da variável em uma perspectiva geossociolinguística, destacando tendências de uso, áreas de maior ou menor produtividade da variante e possíveis convergências ou divergências entre diferentes regiões do país, contribuindo para a identificação de tendências geossociolinguísticas mais amplas.

Assim, ao focalizar a variação no uso do artigo definido antes de nomes próprios de pessoa, a partir de um *corpus* amplo e geograficamente distribuído, como o do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, este artigo pretende contribuir para a compreensão de um traço ainda insuficientemente descrito em perspectiva nacional. Ao mesmo tempo, busca reforçar a pertinência de abordagens que integrem variação linguística, dimensão social e configuração espacial, de modo a oferecer um retrato mais consistente das normas de uso do português brasileiro.

2 GEOSOCIOLINGUÍSTICA: A DIALETOLOGIA BRASILEIRA

A Dialetoлогия, enquanto disciplina dedicada ao estudo das variedades geográficas da língua, tem suas raízes no século XIX, com os trabalhos pioneiros de Georg Wenker e seu *Sprachatlas des Deutschen Reiches*. Essa fase inicial, caracterizada pela coleta de dados por questionários postais, estabeleceu as bases para a cartografia linguística. Contudo, foi com Jules Gilliéron e seu *Atlas Linguistique de la France* (1915) que a Geolinguística se consolidou como método, priorizando a coleta de dados *in loco* por um único inquiridor e a representação cartográfica dos fenômenos linguísticos (Gilliéron, 1915). A Dialetoлогия tradicional, focada predominantemente em aspectos fonéticos e lexicais, buscava mapear as isoglossas e delimitar as fronteiras dialetais, contribuindo para a compreensão da diversidade linguística em um dado território.

A evolução da Dialetoлогия não se restringiu à dimensão geográfica. A partir da década de 1960, com a emergência da Sociolinguística Variacionista, houve uma transição de uma Dialetoлогия Tradicional para uma Dialetoлогия Urbana, impulsionada pelos trabalhos de William Labov (cf, Labov, 2008 [1972]). Labov demonstrou que a variação linguística não é aleatória, mas sim sistematicamente correlacionada a fatores sociais e estilísticos, mesmo em comunidades urbanas aparentemente homogêneas. Essa perspectiva ampliou o escopo da investigação, incorporando variáveis sociais como idade, sexo, escolaridade e classe social na análise da distribuição dos fenômenos linguísticos. Chambers e Trudgill (1994) ressaltam a importância de considerar tanto a dimensão geográfica quanto a social para uma compreensão completa da variação.

No contexto brasileiro, os estudos dialetais passaram por diferentes fases, desde descrições mais fortemente influenciadas pela tradição europeia até a consolidação do que hoje se chama Geossociolinguística: uma dialetoлогия brasileira, que consiste numa abordagem que articula a Geolinguística e a Sociolinguística na descrição e análise dos aspectos diatópico e

diestráticos da variação linguística (cf. Lima, Razky, Oliveira, 2020). Nesse percurso, o desenvolvimento do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) teve papel decisivo no fortalecimento dessa metodologia, além de ampliar os níveis de análises (com a inclusão da morfossintaxe, da prosódia e da pragmática) e a quantidade de fenômenos linguísticos investigados.

A análise do uso do artigo definido diante de antropônimos exige, portanto, uma abordagem capaz de articular espaço, sociedade e história linguística e é nesse ponto que a perspectiva geossociolinguística se mostra particularmente adequada. Em vez de tratar a variação diatópica e a variação social como domínios independentes, a abordagem geossociolinguística reconhece que ambas se entrelaçam: todo uso linguístico é produzido por falantes socialmente situados e territorialmente localizados. Em um país com a extensão e a diversidade histórica do Brasil, a integração dessas dimensões é fundamental para descrever de maneira mais precisa o comportamento das variantes em circulação.

3 VARIAÇÃO MORFOSSINTÁTICA: O ARTIGO DEFINIDO NO PB

Se a Dialectologia evidenciou a relevância do espaço para a interpretação dos fatos linguísticos, a Sociolinguística Variacionista ampliou esse horizonte ao demonstrar que a variação não decorre de aleatoriedade, mas de um sistema de condicionamentos que envolve fatores linguísticos e extralinguísticos. Nessa perspectiva, a língua passa a ser entendida como uma realidade heterogênea e estruturada, cujas formas concorrentes podem ser correlacionadas com variáveis como idade, sexo/gênero, escolaridade, estilo de fala e situação comunicativa (cf. Chambers, 2003; Trudgill, 2004; Labov, 2008 [1972]).

A variação morfossintática tem sido um campo fértil de investigação na descrição linguística, especialmente no português brasileiro, que se caracteriza por uma rica diversidade de usos em diferentes níveis da gramática. Silva-Corvalán (1989) destaca a importância de se analisar a variação sintática não apenas como um desvio da norma, mas como parte integrante da competência do falante, refletindo a dinâmica da língua em uso. No PB, fenômenos como a colocação pronominal, a concordância verbal e nominal, o uso de preposições e artigos, a negação sentencial têm sido objeto de estudos variacionistas, revelando a complexidade e a vitalidade da língua.

O uso do artigo definido antes de nome próprio de pessoas é um dos fenômenos morfossintáticos que tem recebido bastante atenção na descrição do português brasileiro, apresentando uma variação notável entre as diferentes regiões e grupos sociais. Callou e Silva

(1997), Silva (1996a, b) e Caro Reina (2022), em particular, apontam para a natureza multifacetada desse fenômeno, que pode ser influenciado por fatores fonológicos, lexicais, morfossintáticos, semântico-pragmático, discursivos, sociais. A presença do artigo pode, por exemplo, indicar um grau de familiaridade ou afetividade, enquanto sua ausência pode denotar maior formalidade ou distanciamento. A análise geossociolinguística permite mapear a distribuição dessas preferências, identificando áreas de maior ou menor ocorrência do artigo e correlacionando-as com as características sociais dos falantes.

A relevância de investigar este fenômeno morfossintático reside na sua capacidade de poder revelar aspectos da identidade social e regional dos falantes, bem como de fornecer *insights* sobre possíveis processos de mudança linguística. Ao integrar os pressupostos da Dialetoлогия, da Sociolinguística Variacionista e da Geossociolinguística, é possível realizar uma análise abrangente e multifacetada desse fenômeno, considerando tanto a dimensão espacial quanto a social da variação.

Este estudo, ao se fundamentar nesses pilares teórico-metodológicos, busca contribuir para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas do português brasileiro, evidenciando a sistematicidade da variação e os fatores que a condicionam em diferentes contextos geográficos e sociais.

4 METODOLOGIA

4.1 *Corpus* da Pesquisa

Este estudo baseou-se em dados do *Projeto Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB) e teve por objetivo analisar a variação no uso do artigo definido antes de nome próprio de pessoas no português brasileiro. O *corpus* selecionado é constituído por entrevistas linguísticas realizadas *in loco* nas 25 capitais brasileiras integrantes da rede de pontos do Projeto ALiB, com oito informantes por capital, totalizando 200 entrevistas. Essa amostra assegura abrangência geográfica significativa e permite observar o fenômeno em diferentes áreas urbanas do país, em consonância com uma perspectiva de análise geossociolinguística.

A constituição da amostra analisada oportunizou contextos de fala em que os informantes fossem levados a mencionar espontaneamente nomes de pessoas pertencentes à sua rede de convivência. Nesse sentido, mostraram-se especialmente relevantes as duas perguntas do *Questionário Morfossintático* (QMS) do ALiB que tratam do uso do artigo com nome próprio (Comitê, 2001), notadamente aquelas que solicitam aos participantes a indicação dos

nomes de filhos, irmãos, amigos e vizinhos, bem como informações sobre o que essas pessoas fazem. Faz-se lícito destacar, no entanto, que não se restringiu às ocorrências das duas perguntas do QMS; pelo contrário, fez-se a audição de todo o inquérito linguístico para a retirada de todas as ocorrências de antropônimos em seu contexto de uso. Esse procedimento amplia a representatividade do material, já que permite captar dados em situações discursivas menos monitoradas e, portanto, menos sujeitas à interferência da norma prescritiva. Além disso, a utilização de material oriundo de uma mesma rede de investigação, coletado mediante critérios rígidos previamente estabelecidos, reforça a comparabilidade entre os diferentes pontos de inquérito.

4.2 Variável Dependente e Variáveis Extralinguísticas

A variável dependente deste estudo corresponde ao *uso do artigo definido antes de nome próprio de pessoas*, em oposição ao *não uso* desse artigo nesse contexto. Cada ocorrência válida identificada foi classificada segundo a presença ou a ausência do determinante, o que permite operacionalizar o fenômeno como variável binária e submetê-lo à quantificação e tratamento estatístico de forma mais eficaz.

No que se refere às *variáveis extralinguísticas*, foram controlados os grupos de fatores considerados mais pertinentes para a análise da distribuição do fenômeno. O primeiro deles é a *região*, com a organização dos dados segundo as cinco macrorregiões brasileiras: *Norte*, *Nordeste*, *Sudeste*, *Sul* e *Centro-Oeste*. O controle desse fator é fundamental para uma investigação de natureza geossociolinguística, pois permite verificar se o uso do artigo apresenta comportamento distinto em diferentes áreas do território nacional.

Associada a essa variável, foi considerada também a *capital*, isto é, cada uma das 25 *capitais* integrantes da rede de pontos do Projeto ALiB. O controle das localidades possibilita uma leitura mais refinada da distribuição do fenômeno, evitando que particularidades locais sejam absorvidas em generalizações muito amplas. Com isso, a análise contempla não apenas contrastes entre grandes regiões, mas também diferenças pontuais entre grandes centros urbanos.

Outro fator extralinguístico controlado foi o *tempo de fundação da capital*, distribuído em dois grupos: *capitais de fundação mais antiga*, datadas dos séculos XVI e XVII, e *capitais de fundação mais recente*, fundadas entre os séculos XVIII e XX. A inclusão desse parâmetro, inspirado em Callou e Silva (1997), revela uma preocupação em considerar, no plano metodológico, possíveis relações entre a história da ocupação urbana e a distribuição de traços

linguísticos, permitindo examinar se a antiguidade de determinados centros pode estar associada à manutenção ou à reorganização de padrões de uso.

Também se integrou à análise a variável *sexo do colaborador*, com distinção entre *homens* e *mulheres*. Trata-se de um procedimento recorrente nos estudos sociolinguísticos, uma vez que diferenças entre grupos sociais podem evidenciar tendências de conservação, inovação ou distribuição desigual das variantes. De modo complementar, foi controlada a *faixa etária* dos participantes, dividida em *Faixa I*, correspondente aos informantes de *18 a 30 anos*, e *Faixa II*, composta por participantes de *50 a 65 anos*. Esse recorte geracional é relevante porque permite observar se o fenômeno se comporta como traço relativamente estável ou se apresenta indícios de mudança em progresso.

A variável *escolaridade* também foi considerada, com distinção entre *nível fundamental* e *nível universitário*. O controle desse fator possibilita avaliar em que medida a experiência escolar se relaciona ao comportamento linguístico dos falantes, sobretudo em fenômenos que podem sofrer maior ou menor sensibilidade às pressões normativas, o que não parece ser o caso do fenômeno aqui analisado. Por fim, foi incluída a variável *intimidade do falante em relação à pessoa mencionada*, organizada em quatro grupos: *familiares*; *pessoas da rede de relacionamento do falante*; *pessoas públicas conhecidas na região do falante*; e *pessoas públicas conhecidas nacionalmente*. Esse fator é particularmente expressivo para o objeto em análise, na medida em que o grau de proximidade social e afetiva com o referente pode interferir diretamente no modo como o nome próprio é atualizado no discurso.

4.3 Contexto de Restrição e Exclusão dos Dados

Para assegurar maior rigor analítico, o estudo estabeleceu critérios rigorosos de *restrição e exclusão* de dados, a fim de garantir que apenas ocorrências efetivamente comparáveis fossem incorporadas ao tratamento quantitativo. Foram excluídos, em primeiro lugar, os casos de *uso não referencial do nome próprio*, como aqueles em que o antropônimo desempenha *função vocativa* ou aparece em situações de *nominação didática e/ou performativa*. Nesses contextos, a relação entre artigo e nome próprio não se configura de modo equivalente àquela observada em usos referenciais plenos, razão pela qual tais dados não foram considerados válidos para a análise. Também foram excluídos os casos de *uso metonímico do nome próprio*, as ocorrências em que o antropônimo aparece *antecedido por demonstrativo* e os exemplos em que o nome de pessoa é empregado como *topônimo*. Do mesmo modo, não foram incluídos os *nomes próprios usados no plural com referência a nome de família*, uma vez que essas construções instauram

condições referenciais distintas daquelas visadas pela pesquisa. Por razões de ordem formal e interpretativa, foram ainda excluídas as ocorrências em que o *nome próprio feminino é precedido pelas preposições “a” e “para/pra”*, bem como os contextos marcados por ambiguidade fônica, como nomes iniciados por vogais homófonas aos artigos e casos de provável crase. Em conjunto, esses critérios contribuíram para a depuração do material coletado e para a constituição de um conjunto de dados mais homogêneo, apto a refletir com maior precisão a variação no uso do artigo definido antes de antropônimos.

4.4 Tratamento dos Dados

O tratamento dos dados compreendeu etapas sucessivas de audição das entrevistas, levantamento das ocorrências, seleção dos dados válidos, tratamento estatístico e representação cartográfica dos resultados. Inicialmente, as entrevistas foram ouvidas com atenção para a identificação dos contextos em que os antropônimos eram empregados. Essa etapa foi acompanhada de trabalho de transcrição e organização do material, com apoio do *software ELAN*, recurso que contribuiu para o registro sistemático das ocorrências e para a recuperação mais precisa dos trechos relevantes ao estudo.

Em seguida, os dados levantados foram classificados de acordo com a variável dependente e com os grupos de fatores extralinguísticos previamente definidos. Paralelamente, aplicaram-se os critérios de restrição e exclusão, separando-se as ocorrências válidas daquelas que não atendiam às exigências analíticas da pesquisa. Após a constituição do banco de dados, procedeu-se ao tratamento estatístico no programa *GoldVarb X*, utilizado para mensurar a influência relativa dos fatores controlados sobre a presença ou a ausência do artigo. Por fim, os resultados foram projetados em cartas linguísticos regionais e nacionais, com o objetivo de evidenciar a distribuição geográfica do fenômeno e de articular, em uma mesma leitura, os condicionamentos sociais e espaciais que estruturam sua variação no português brasileiro.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE GEOSOCIOLINGUÍSTICA DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta e discute os resultados referentes à variação no uso do artigo definido diante de nomes próprios de pessoa no português brasileiro, com base na amostra das capitais investigadas. A leitura do conjunto dos dados evidencia, desde o início, que esse fenômeno não se distribui uniformemente no território nacional, nem pode ser explicado por um único fator social. Ao contrário, sua configuração é marcadamente geossociolinguística,

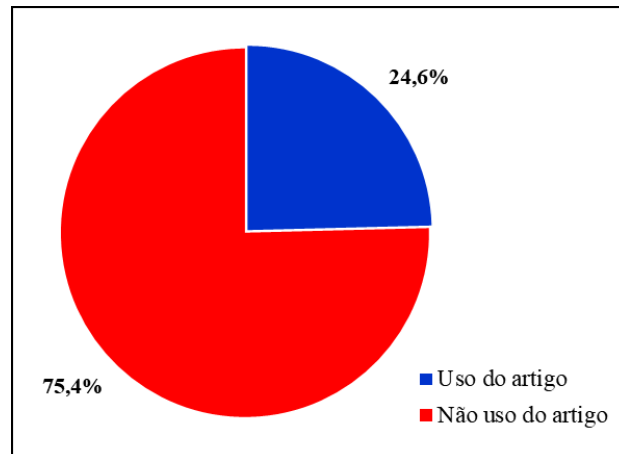
com nítido predomínio da dimensão espacial e com atuação complementar de variáveis sociais que, embora nem sempre selecionadas na rodada global, contribuem para uma compreensão mais refinada do comportamento da regra variável. Nessa direção, os resultados permitem sustentar que a presença do artigo diante de antropônimos constitui uma tendência expressiva no português brasileiro contemporâneo, ainda que essa tendência se realize com intensidades distintas conforme a capital, a região e certas características sociais dos falantes. A organização visual desta seção apoia-se em tabelas, gráficos e cartas linguísticas que sistematizam a distribuição quantitativa e espacial do fenômeno.

5.1 Resultados Gerais

Os resultados gerais já delineiam um quadro bastante expressivo para a interpretação do fenômeno. Do total de **2.645 ocorrências** levantadas, **533** correspondem a sintagmas antroponímicos isolados e **2.112** a ocorrências em estrutura sentencial, sendo este segundo conjunto o efetivamente submetido à análise multivariada para os objetivos aqui propostos. Essa distinção não é apenas metodológica, mas também analiticamente decisiva, uma vez que os dois tipos de contexto exibem comportamentos distintos quanto à realização da variável.

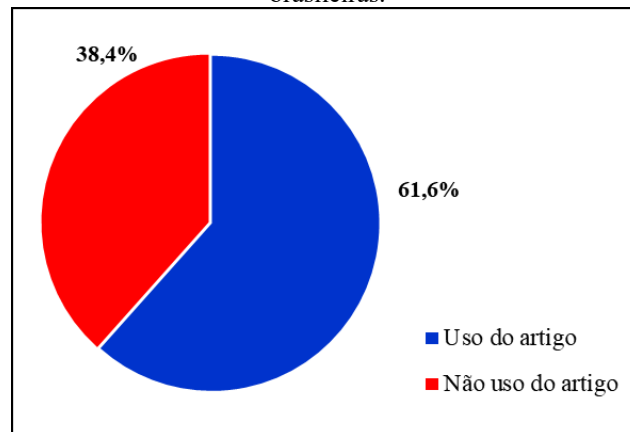
Nos sintagmas antroponímicos isolados, predomina a ausência do artigo, conforme se observa no Gráfico 1. Em larga medida, esse resultado decorre do fato de essas ocorrências corresponderem a respostas curtas, diretas e não integradas sintaticamente ao enunciado mais amplo. Já nas ocorrências em estrutura sentencial, o quadro se altera de modo sensível: como mostra o Gráfico 2, o uso do artigo alcança **61,6%**, tornando-se a realização majoritária nesse conjunto de dados.

Gráfico 1: Artigo definido diante de nome próprio em Sintagmas Antroponímicos Isolados nas capitais brasileiras.



Fonte: Moraes (2023).

Gráfico 2: Artigo definido diante de nome próprio em Sintagmas Antroponímicos Não Isolados nas capitais brasileiras.



Fonte: Moraes (2023).

Em termos interpretativos, isso significa que, quando o nome próprio passa a integrar de forma mais plena a organização sintática do enunciado, o emprego do artigo deixa de ocupar posição periférica e passa a configurar a tendência dominante.

Esse resultado é central para a leitura global do fenômeno, pois impede que a ausência do artigo seja tomada como traço generalizado do português brasileiro. Ao contrário, os dados mostram que, nos contextos sintaticamente mais robustos e mais representativos da circulação ordinária do antropônimo no discurso, a variante articulada se apresenta como a forma mais frequente. Em outros termos, os resultados gerais apontam para uma norma de uso em que o artigo definido diante de nome próprio já se encontra amplamente disseminado, embora sua distribuição permaneça fortemente dependente do espaço geográfico e de condicionamentos sociais específicos.

5.2 O Condicionamento Extralinguístico da Variação

No que se refere ao condicionamento extralinguístico, foram controlados sete grupos de fatores, dos quais apenas *capital* e *sexo* foram selecionados como estatisticamente relevantes na rodada global. Esse dado, contudo, não autoriza uma leitura restrita do fenômeno. Ainda que o programa tenha destacado apenas duas variáveis, o comportamento das demais, sobretudo quando observado em perspectiva regional, oferece elementos relevantes para a compreensão da variação. Por essa razão, a discussão a seguir contempla não apenas os fatores selecionados, mas também aqueles que, embora não tenham alcançado significância estatística no conjunto das 25 capitais, revelam tendências interpretativamente produtivas para a leitura geossociolinguística dos resultados.

5.2.1 A Dimensão Diatópica do Fenômeno: Regiões e Capitais

A dimensão diatópica constitui, sem dúvida, o eixo mais forte de organização da variação observada. A variável *capital* foi a primeira a ser selecionada em todas as rodadas efetuadas, o que confirma a centralidade do espaço geográfico na distribuição do uso e do não uso do artigo diante de nome próprio de pessoas. Trata-se, portanto, de um fenômeno cuja explicação pode passar, necessariamente, pela consideração das normas regionais e locais de uso.

Quando os dados são agrupados por região, a divisão espacial se mostra bastante nítida. Conforme a Tabela 1 adiante (Tabela 9 em Moraes, 2023), a Região Nordeste é a única que se caracteriza, no conjunto, pelo não uso do artigo como traço mais distintivo, apresentando apenas 33,7% de ocorrências com artigo e peso relativo de 0,23. Em contrapartida, as demais regiões favorecem a realização da variante articulada e registram percentuais superiores à média geral: Norte (75,6%), Sudeste (69,1%), Sul (78,2%) e Centro-Oeste (71,1%). Esses resultados permitem afirmar que o fenômeno não se distribui de maneira difusa no território nacional, mas se ancora em zonas dialetais relativamente bem definidas.

Tabela 1: Uso do artigo definido diante de nome próprio nas cinco regiões brasileiras.

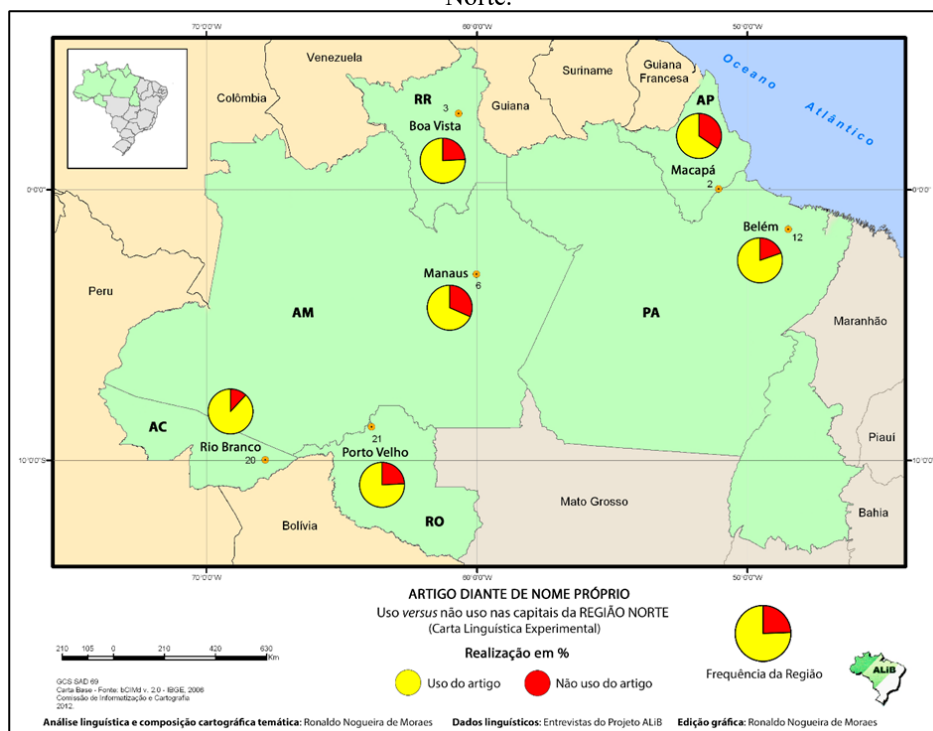
Região	Apl./Total	%	P.R
Norte	443/586	75,6	0.66
Nordeste	218/646	33,7	0.23
Sudeste	224/324	69,1	0.54
Sul	229/293	78,2	0.67
Centro-Oeste	187/263	71,1	0.58
Total	1.301/2.112	61,6	

Significância: 0.023

Fonte: Moraes (2023).

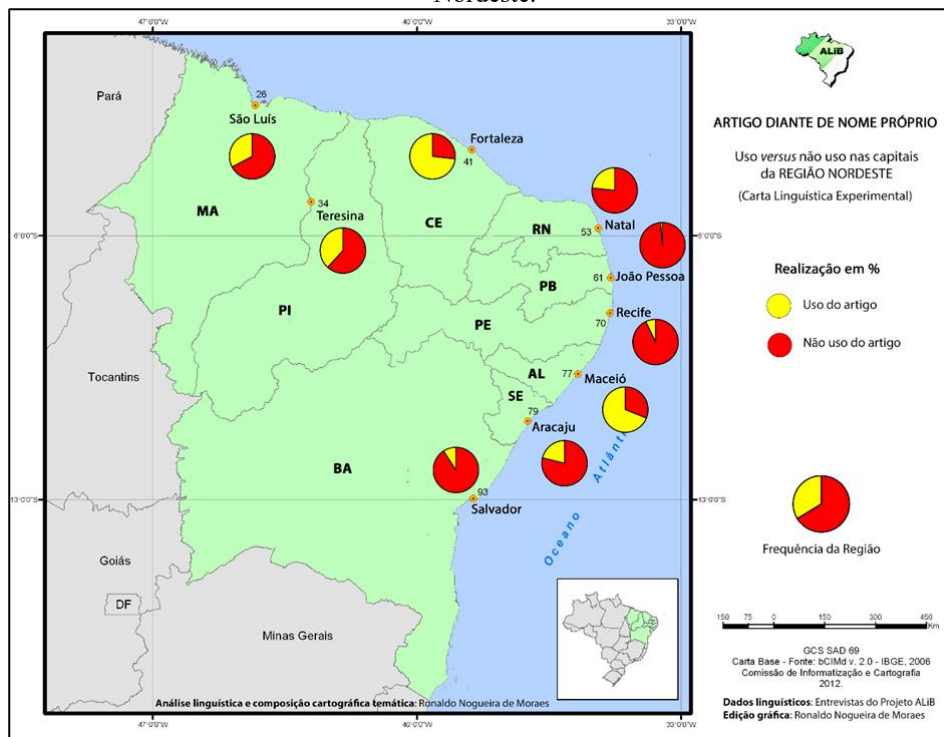
Essa oposição regional merece destaque. Se, de um lado, o Nordeste preserva de forma mais consistente a variante sem artigo, de outro, as demais regiões apontam para um quadro em que a presença do determinante diante do nome próprio já se encontra bem consolidada. Nesse sentido, a distribuição dos resultados sugere que a forma articulada representa uma tendência de uso do português brasileiro contemporâneo, embora essa tendência não avance de maneira uniforme em todas as áreas do país. Não por acaso, mais da metade das ocorrências de não uso concentra-se justamente na Região Nordeste, o que a caracteriza como o principal foco de resistência à expansão da variante com artigo. Essa leitura é reforçada pelas Cartas Linguísticas 1 a 6 apresentadas adiante, sobretudo pela carta nacional, que oferece uma visualização clara da distribuição regional e local do fenômeno.

Carta Linguística 1: Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas capitais da Região Norte.



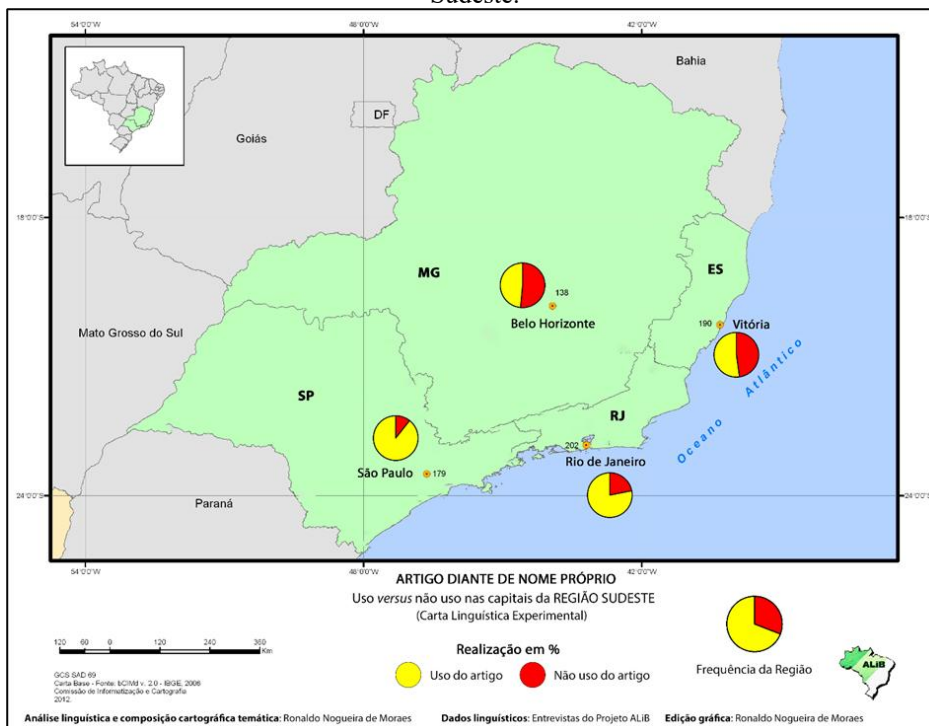
Fonte: Moraes (2023).

Carta Linguística 2: Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas capitais da Região Nordeste.



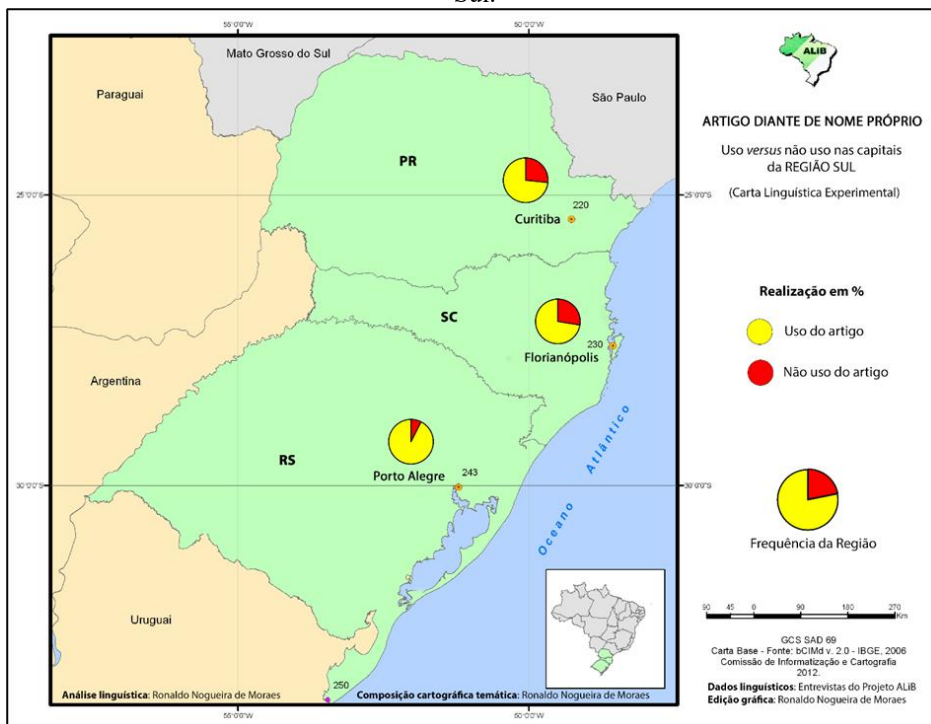
Fonte: Moraes (2023).

Carta Linguística 3: Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas capitais da Região Sudeste.



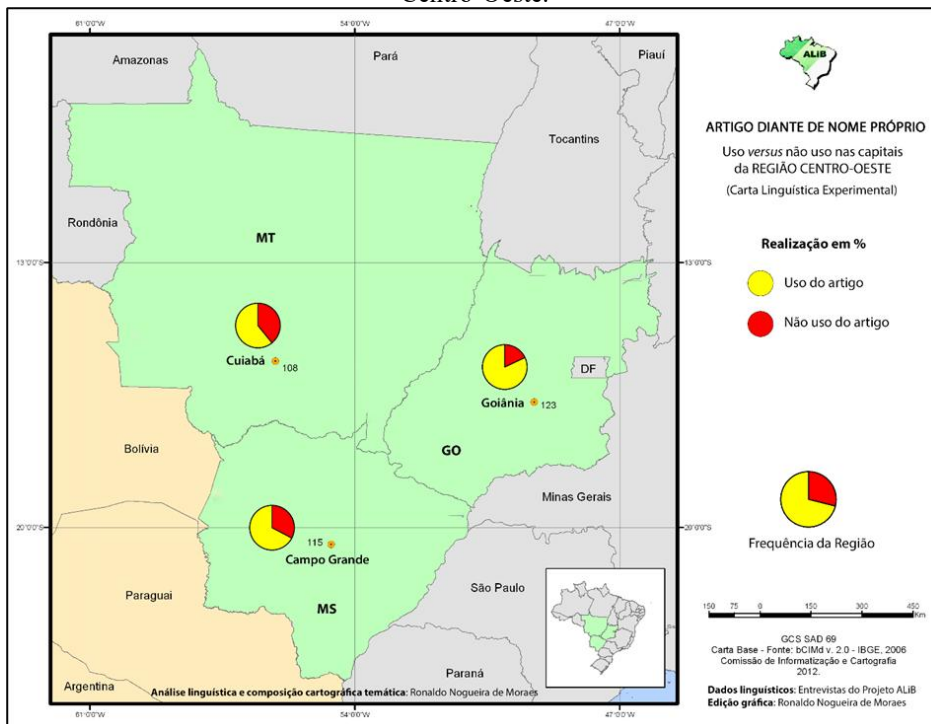
Fonte: Moraes (2023).

Carta Linguística 4: Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas capitais da Região Sul.



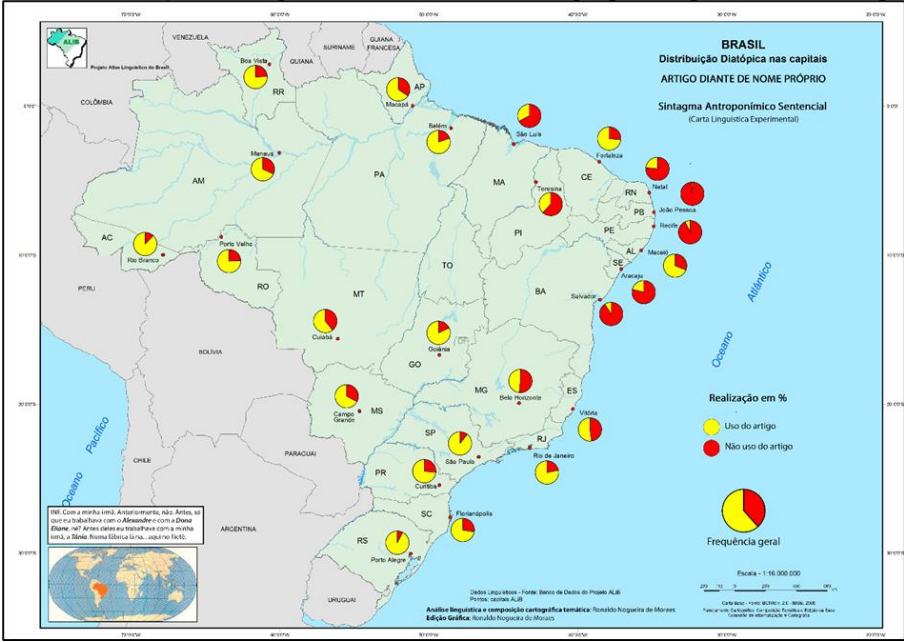
Fonte: Moraes (2023).

Carta Linguística 5: Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas capitais da Região Centro-Oeste.



Fonte: Moraes (2023).

Carta Linguística 6: Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas 25 capitais brasileiras.



Fonte: Moraes (2023).

O detalhamento por capital aprofunda essa interpretação e evidencia que a dimensão espacial do fenômeno não se esgota no recorte regional amplo. A Tabela 2 (Tabela 12 em Moraes, 2023) adiante mostra diferenças expressivas entre as capitais, inclusive dentro de uma mesma região, o que revela que a norma local de uso pode também exercer papel decisivo, como evidencia, por exemplo, a Região Sudeste. Entre os maiores índices de realização do artigo, destacam-se Porto Alegre (92,5%), São Paulo (89,3%) e Rio Branco (88,1%). No polo oposto, aparecem João Pessoa (1,5%), Recife (7,1%) e Salvador (9,2%), com percentuais muito baixos de uso da variante articulada.

Tabela 2: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *capital*

Região	Capital	Apl./Total	%	P.R
NORTE	Rio Branco	89/101	88,1	0.79
	Belém	61/76	80,3	0.76
	Boa Vista	69/91	75,8	0.74
	Porto Velho	50/66	75,8	0.68
	Macapá	109/157	69,4	0.66
	Manaus	65/95	68,4	0.63
NORDESTE	Fortaleza	63/86	73,3	0.62
	Maceió	62/90	68,9	0.60
	Teresina	21/55	38,2	0.28
	São Luís	32/98	32,7	0.17
	Natal	17/73	23,3	0.15
	Aracaju	12/57	21,1	0.10
	Salvador	6/65	9,2	0.04
	Recife	4/56	7,1	0.03
	João Pessoa	1/66	1,5	0.00
	Goiânia	91/111	82	0.78

CENTRO-OESTE	Campo Grande	37/55	67,3	0.54
	Cuiabá	59/97	60,8	0.51
SUDESTE	São Paulo	67/75	89,3	0.83
	Rio de Janeiro	89/114	78,1	0.62
	Vitória	36/69	52,2	0.47
	Belo Horizonte	32/66	48,5	0.31
SUL	Curitiba	58/79	73,4	0.62
	Florianópolis	97/134	72,4	0.67
	Porto Alegre	74/80	92,5	0.87
Total		1.301/2.112	61,6	
Significância: 0.023				

Fonte: Moraes (2023).

Esses extremos reforçam a ideia de que o fenômeno responde a normas locais relativamente estáveis e não apenas a uma oposição abstrata entre “usar” e “não usar”. Ao mesmo tempo, o próprio Nordeste se revela internamente heterogêneo, já que capitais como Fortaleza, Maceió, Teresina e São Luís apresentam índices mais elevados do que outras localidades da região. Esse dado é particularmente relevante porque sugere que, mesmo em uma área globalmente marcada pelo não uso, há pontos em que a presença do artigo parece avançar de forma mais visível. Assim, o quadro regional não deve ser lido como absolutamente rígido, mas como expressão de diferentes ritmos de difusão da variante no espaço brasileiro.

5.2.2 O Tempo de Fundação das Capitais

A consideração do tempo de fundação das capitais permite problematizar interpretações sobre inovação e conservadorismo. À primeira vista, seria possível admitir, de acordo com Callou e Silva (1997), que cidades de colonização mais antiga tenderiam a preservar de forma mais intensa a ausência do artigo, ao passo que cidades de fundação mais recente se mostrariam mais permeáveis à variante com artigo. Os resultados, entretanto, não sustentam essa hipótese de maneira consistente.

Ainda que alguns casos isolados possam sugerir associação entre antiguidade urbana e comportamento mais conservador, o exame mais detido dos dados apresentados nas tabelas 3, 4, 5 a seguir (tabelas 13, 14 e 15 em Moraes, 2023) mostra que essa relação não se mantém de forma regular. O comportamento da variável não acompanha automaticamente o tempo histórico de fundação das localidades. Por isso, parece mais adequado entender que o fenômeno se organiza menos pela antiguidade das capitais e mais pela consolidação regional de determinadas normas de uso e por processos de difusão dialetal próprios de cada área.

Tabela 3: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável
Tempo de fundação da capital.

Fundação da capital	Apl./Total	%	P.R
Fundação mais recente	768/1.112	69,1	0.51
Fundação mais antiga	533/1.000	53,3	0.48
Total	1.301/2.112		

Fonte: Moraes (2023).

Tabela 4: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável
Tempo de fundação da capital.

Fundação	Capital	Apl./Total	%
ANTIGA (Séculos XVI e XVII)	João Pessoa	1/66	1,5
	Recife	4/56	7,1
	Salvador	6/65	9,2
	Natal	17/73	23,3
	São Luís	32/98	32,7
	Vitória	36/69	52,2
	Manaus	65/95	68,4
	Florianópolis	97/134	72,4
	Curitiba	58/79	73,4
	Rio de Janeiro	89/114	78,1
	Belém	61/76	80,3
	São Paulo	67/75	89,3
Total		533/1.000	53,3
RECENTE (Séculos XVIII-XX)	Porto Alegre	74/80	92,5
	Rio Branco	89/101	88,1
	Goiânia	91/111	82
	Porto Velho	50/66	75,8
	Boa Vista	69/91	75,8
	Fortaleza	63/86	73,3
	Macapá	109/157	69,4
	Maceió	62/90	68,9
	Campo Grande	37/55	67,3
	Cuiabá	59/97	60,8
	Belo Horizonte	32/66	48,5
	Teresina	21/55	38,2
	Aracaju	12/57	21,1
Total		768/1.112	69,1

Fonte: Moraes (2023).

Tabela 5: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável
Tempo de fundação da capital reorganizada.

Fundação	Capital	Apl./Total	%
ANTIGA (Século XVI)	João Pessoa	1/66	1,5
	Recife	4/56	7,1
	Salvador	6/65	9,2
	Natal	17/73	23,3
	Vitória	36/69	52,2
	Rio de Janeiro	89/114	78,1
	São Paulo	67/75	89,3
Total		220/518	42,5
	Porto Alegre	74/80	92,5
	Rio Branco	89/101	88,1
	Goiânia	91/111	82
	Belém	61/76	80,3

RECENTE (Séculos XVII-XX)	Porto Velho	50/66	75,8
	Boa Vista	69/91	75,8
	Curitiba	58/79	73,4
	Fortaleza	63/86	73,3
	Florianópolis	97/134	72,4
	Macapá	109/157	69,4
	Maceió	62/90	68,9
	Manaus	65/95	68,4
	Campo Grande	37/55	67,3
	Cuiabá	59/97	60,8
	Belo Horizonte	32/66	48,5
	Teresina	21/55	38,2
	São Luís	32/98	32,7
	Aracaju	12/57	21,1
Total		1.081/1.594	67,8

Fonte: Moraes (2023).

Em outras palavras, os resultados afastam uma explicação simplificada baseada na oposição entre cidades antigas, supostamente mais conservadoras, e cidades recentes, supostamente mais inovadoras. O que os dados sugerem é uma geografia linguística mais complexa, na qual a história de ocupação do espaço não atua isoladamente, mas se articula a dinâmicas regionais mais amplas de circulação e estabilização da variante.

5.2.3 A Dimensão Diassexual

Entre os fatores sociais, a variável *sexo* foi a única, além de *capital*, a alcançar relevância estatística na rodada global. A Tabela 6 adiante (Tabela 16 em Moraes, 2023) mostra, de forma consistente, que as mulheres usam mais o artigo do que os homens: 66,5% de realização feminina contra 56,2% masculina, com pesos relativos de 0,55 e 0,44, respectivamente. Trata-se de um resultado expressivo, porque indica que a expansão da variante com artigo encontra maior sustentação na fala das mulheres.

Tabela 6: Artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *sexo*.

	Não uso do artigo		Uso do artigo		
	Apl./Total	%	Apl./Total	%	P.R
Mulher	369/1.102	33,5	733/1.102	66,5	0.55
Homem	442/1.010	43,8	568/1.010	56,2	0.44

Significância: 0.023

Fonte: Moraes (2023).

Do ponto de vista interpretativo, esse comportamento autoriza afirmar que as mulheres ocupam posição de destaque na difusão da forma articulada. Isso não significa, contudo, que se deva associar automaticamente essa realização a uma variante socialmente prestigiosa. O

próprio conjunto da análise mostra que o fenômeno não se configura como marcador de prestígio ou de estigma. Ainda assim, o que os resultados deixam bastante evidente é que as mulheres se mostram, no conjunto da amostra, mais alinhadas à tendência de uso que favorece a presença do artigo diante de antropônimos.

Veja-se a Tabela 7 a seguir (Tabela 18 em Moraes, 2023) que mostra o cruzamento entre as variáveis *sexo* e *faixa etária*:

Tabela 7: Uso do artigo definido diante de nome próprio no cruzamento das dimensões diageracional e diasssexual.

	Apl./Total	%	P.R
Mulher - Faixa etária I	334/487	68,6	0.54
Mulher - Faixa etária II	399/615	64,9	0.54
Homem - Faixa etária II	357/635	56,2	0.45
Homem - Faixa etária I	211/375	56,3	0.43
Total	1.301/2.112	61,6	

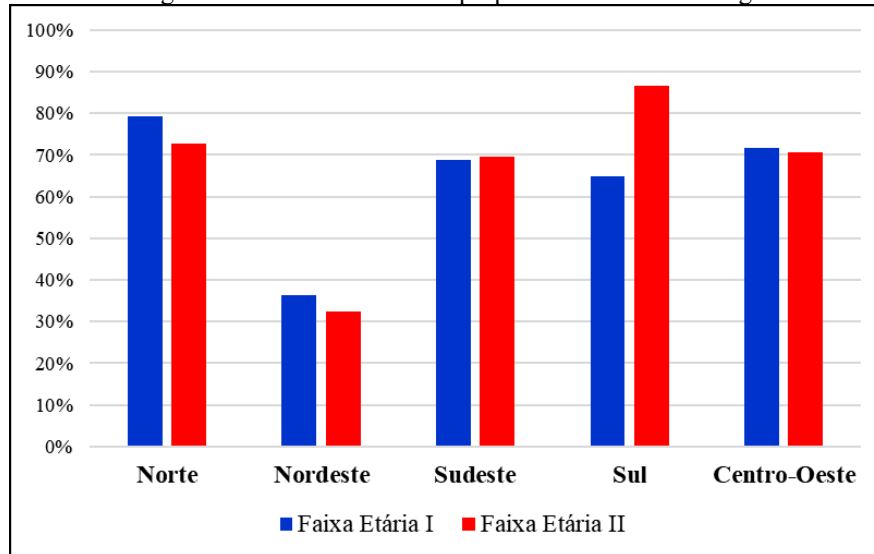
Fonte: Moraes (2023).

O cruzamento entre *sexo* e *faixa etária* amplia esse resultado e acrescenta uma informação sociolinguisticamente importante: são sobretudo as mulheres da primeira faixa etária que se colocam à frente no uso da variante articulada. Entre os homens, ao contrário, a diferença entre as duas faixas etárias é praticamente inexistente, o que sugere relativa estabilidade do padrão masculino. Esse cruzamento reforça a relevância do sexo do falante e, ao mesmo tempo, mostra que a liderança feminina não é homogênea, mas especialmente marcada entre as falantes mais jovens.

5.2.4 A Dimensão Diageracional

A variável *faixa etária* não foi selecionada como relevante na rodada global. Ainda assim, sua discussão permanece importante, porque os resultados permitem formular observações significativas sobre a circulação temporal da variante. O Gráfico 3 (Gráfico 6 em Moraes, 2023) mostra que, em todas as regiões, os falantes mais velhos também apresentam uso expressivo do artigo, chegando, em certos casos, a igualar ou mesmo superar os mais jovens.

Gráfico 3: Uso do artigo definido diante de nome próprio nas dimensões diageracional e regional.

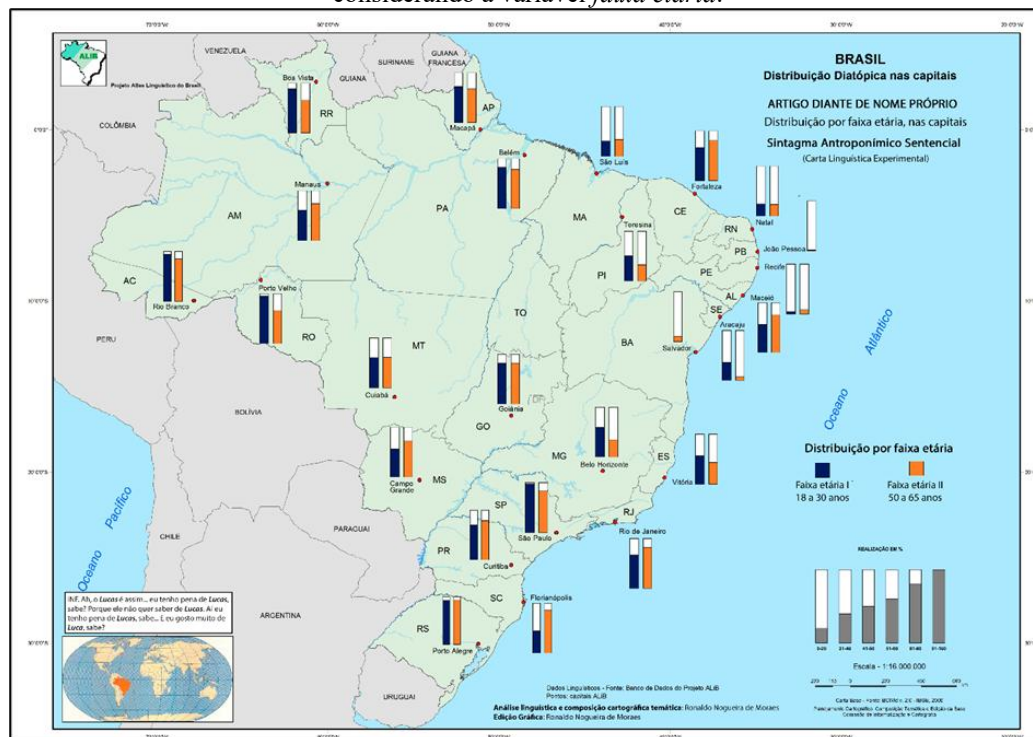


Fonte: Moraes (2023).

Esse comportamento enfraquece a expectativa clássica segundo a qual o aumento da idade implicaria, necessariamente, maior conservadorismo linguístico. Ao contrário, os dados sugerem, neste caso, que a presença do artigo diante de nomes próprios já se encontra incorporada ao repertório de falantes de diferentes gerações. Isso é particularmente importante porque indica que não se trata de uma realização restrita às gerações mais novas, nem de uma inovação recente e ainda pouco difundida. Se os falantes da segunda faixa etária também fazem uso significativo da variante com artigo, pode-se supor que essa forma já integra a norma de uso há tempo considerável em grande parte do país.

A distribuição diatópica do comportamento dessa variável pode ser visualizada na Carta Linguística 8, a seguir.

Carta linguística 8: Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas 25 capitais brasileiras considerando a variável *faixa etária*.



Fonte: Moraes (2023).

Nas rodadas regionais, a faixa etária mostrou relevância apenas no Centro-Oeste e no Sudeste, o que confirma que sua atuação não é uniforme em escala nacional. Mais uma vez, o fator etário parece ganhar força apenas quando lido à luz do espaço geográfico, e não como condicionador autônomo de alcance geral. Nessa perspectiva, a idade contribui menos para explicar o fenômeno em termos nacionais do que para revelar modulações regionais da norma de uso.

5.2.5 A Escolaridade do Falante

A variável *escolaridade* também não foi selecionada como estatisticamente relevante na rodada global, e esse resultado é particularmente revelador. Em princípio, seria plausível supor que a escolarização pudesse interferir de forma mais nítida no uso do artigo, sobretudo se se tomasse a escola como instância de difusão de formas socialmente “estandardizada”. Os dados, porém, não confirmam essa expectativa de maneira robusta. Como mostra a Tabela 8 (Tabela 19 em Moraes, 2023), os pesos relativos dos dois níveis de escolaridade permanecem muito próximos do ponto de neutralidade, e a diferença percentual entre eles não é suficiente para caracterizar um condicionamento estável no conjunto das 25 capitais.

Tabela 8: Artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *escolaridade*.

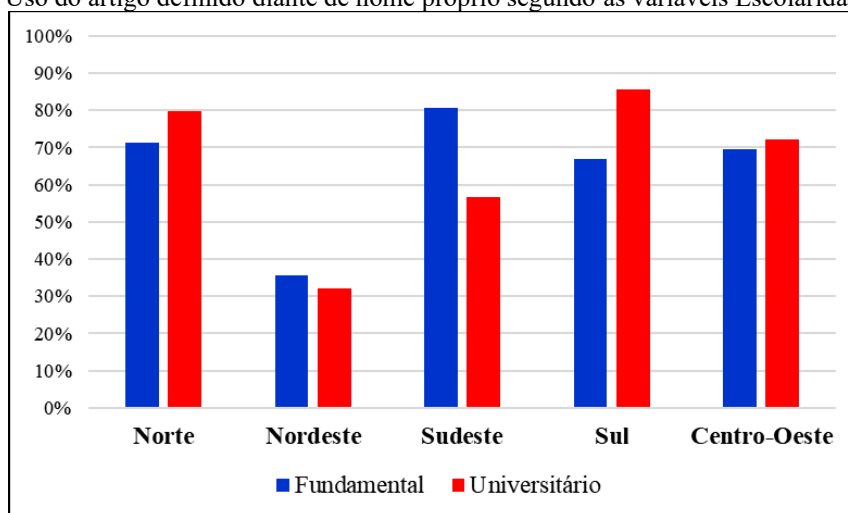
Escolaridade	Não uso do artigo		Uso do artigo		
	Apl./Total	%	Apl./Total	%	P.R
Fundamental	401/1.024	40	623/1.024	60,8	0.51
Universitário	410/1.088	42,2	678/1.088	62,3	0.48

Fonte: Moraes (2023)

Esse resultado indica que o uso do artigo diante de antropônimos não sofre pressão normativa escolar suficientemente forte para diferenciar, de maneira clara, falantes com menor e maior escolarização, uma vez que este fenômeno parece não sofrer pressão de normas sociais. A interpretação se torna ainda mais plausível se se considera que esse tema, em geral, não integra de modo explícito o repertório tradicional da gramática escolar, como ocorre com outros tópicos mais fortemente normatizados, como regência, concordância, colocação, dentre outros. Em razão disso, parece pouco provável atribuir à escola, pelo menos em escala nacional, papel decisivo na maior ou menor realização do artigo no contexto analisado.

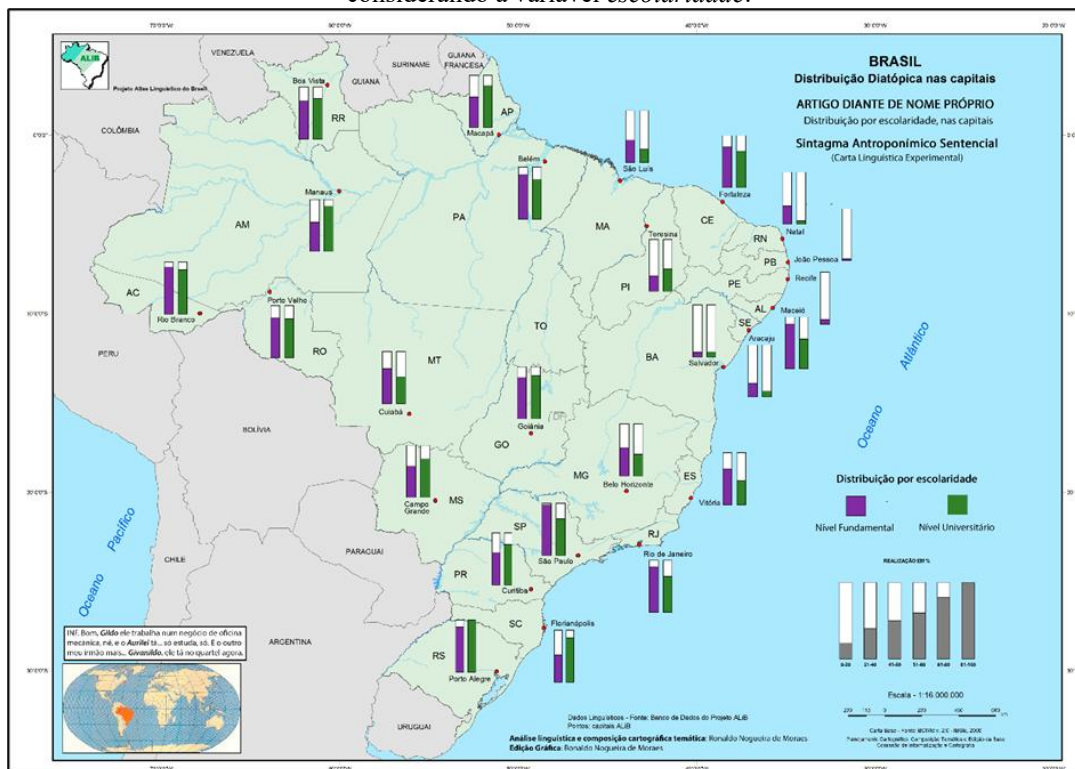
Quando a escolaridade é observada regionalmente, contudo, seu comportamento se mostra menos homogêneo. O Gráfico 4 (Gráfico 7 em Moraes, 2023) e a Carta Linguística 9 a seguir evidenciam que, em algumas regiões, como Norte e Sul, os falantes de nível universitário aparecem à frente; em outras, como o Sudeste, a tendência não se mantém do mesmo modo. Essa oscilação ajuda a explicar por que a variável não foi selecionada na rodada global: sua atuação não é suficientemente regular para se projetar como condicionamento nacional consistente.

Gráfico 4: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo as variáveis Escolaridade e Região.



Fonte: Moraes (2023).

Carta linguística 9: Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas 25 capitais brasileiras considerando a variável *escolaridade*.



Fonte: Moraes (2023)

Ainda assim, a variável não deve ser descartada. Nas rodadas regionais, a escolaridade apresentou significância no Nordeste, Sudeste e Sul, o que indica que, em certos espaços, ela participa da organização local do fenômeno. O que os dados mostram, portanto, não é a irrelevância absoluta da escolaridade, mas, antes, sua dependência de configurações regionais específicas. Veja-se a Tabela 9 (Tabela 21 em Moraes, 2023):

Tabela 9: Uso do artigo definido diante de nome próprio no cruzamento dos fatores *faixa etária e escolaridade*.

	Apl./Total	%	P.R
Faixa Etária 1 – Nível Fundamental	242/388	62	0.51
Faixa Etária 1 – Nível Universitário	303/474	64	0.50
Faixa Etária 2 – Nível Fundamental	381/636	60	0.50
Faixa Etária 2 – Nível Universitário	375/614	61	0.49
Total	1.301/2.112	61,6	

Fonte: Moraes (2023).

O cruzamento entre *faixa etária e escolaridade* confirma essa leitura. Os percentuais de uso do artigo permanecem muito próximos entre os grupos, o que reforça a ideia de que nenhuma dessas variáveis, isoladamente ou em combinação, responde de forma decisiva pela distribuição global da variante. Em termos mais amplos, o conjunto dos resultados volta a

apontar para a primazia da norma regional de uso sobre contrastes sociais amplos e estáveis, quando se considera o conjunto nacional da amostra.

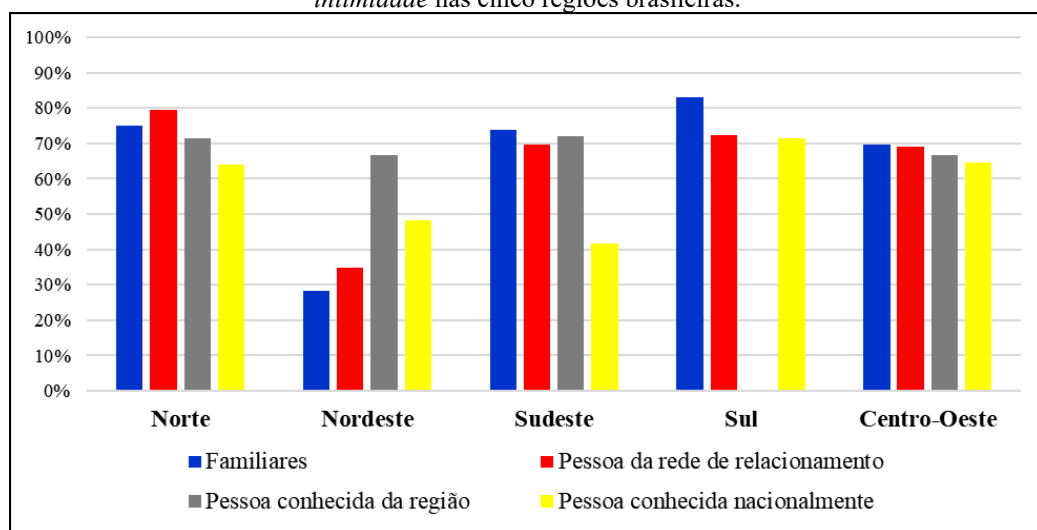
5.2.6 Grau de Intimidade do Falante em Relação à Pessoa Mencionada

A variável relativa ao *grau de intimidade do falante em relação à pessoa mencionada* oferece um dos resultados mais instigantes desta análise, justamente porque relativiza uma expectativa recorrente na tradição gramatical e em parte da bibliografia sobre o tema. Frequentemente se admite que a maior familiaridade entre falante e referente favoreceria a presença do artigo. Os dados desta pesquisa, contudo, não confirmam essa hipótese de modo direto e uniforme.

Na rodada global, o uso do artigo se mostra mais frequente com pessoas conhecidas da região (75%), seguido de familiares (62%), pessoas da rede de relacionamento do falante (60,8%) e pessoas conhecidas nacionalmente (57%). Em termos interpretativos, os resultados sugerem uma relação inversamente proporcional entre intimidade e uso do artigo: em vários contextos, quanto menor a intimidade, maiores parecem ser as chances de realização da variante articulada. Isso significa que a familiaridade, embora tradicionalmente evocada como elemento licenciador do artigo, não explica, por si só, o comportamento da variável.

Veja-se o Gráfico 3 (Gráfico 8 em Moraes, 2023):

Gráfico 3: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *intimidade* nas cinco regiões brasileiras.



Fonte: Moraes (2023).

A análise regional reforça ainda mais essa conclusão. No Centro-Oeste, observa-se relativo equilíbrio entre os fatores; no Norte, o artigo é mais frequente com pessoas da rede de relacionamento do falante; no Nordeste, o maior uso aparece com pessoas públicas ou conhecidas da região; já no Sudeste e no Sul, nota-se maior aproximação entre a realização do artigo e a referência a familiares. Em outras palavras, o fator intimidade não opera como princípio geral e uniforme para todo o país. Seu comportamento depende fortemente da norma regional e da forma como cada comunidade de fala organiza, em seu próprio uso, a relação entre referência pessoal e determinação nominal.

Esse resultado é particularmente importante porque impede leituras essencialistas do fenômeno. Não se pode concluir, por exemplo, que o artigo funcione simplesmente como marca direta de afetividade, proximidade ou familiaridade. O que os dados indicam é algo mais complexo: a relação entre intimidade e presença do artigo pode ser mediada por normas regionais de uso, e não por um princípio universal aplicável indistintamente a todas as variedades do português brasileiro. Quando se opta por fazer cruzamentos analíticos, a Tabela 10 (Tabela 27 em Moraes, 2023) contribui para reforçar essa interpretação.

Tabela 10: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo as variáveis
Intimidade e Tipo de Antropônimo.

Tipo de antropônimo	Com intimidade		Sem intimidade	
	Apl./Total	%	Apl./Total	%
Agnome	24/30	80	-	-
Apelido	29/37	78	5/8	62
Hipocorístico	86/112	77	10/11	91
Prenome	966/1.576	61	25/37	68
Sobrenome	10/24	42	20/25	80
Nome completo	24/75	32	30/46	65
Nome artístico e/ou de palco	-	-	39/83	47
Total	1.139/1.854	61	129/210	61

Fonte: Moraes (2023).

Ao final da análise extralinguística, o quadro que se delineia é bastante consistente. A variação no uso do artigo definido diante de nomes próprios de pessoa, no português brasileiro, organiza-se principalmente em torno da dimensão geográfica, com clara oposição entre o Nordeste e as demais regiões, e, secundariamente, em torno da variável sexo, com maior protagonismo feminino na difusão da variante com artigo. As variáveis faixa etária, escolaridade e intimidade, embora não tenham alcançado relevância estatística na rodada global, mostram comportamentos regionais e cruzamentos interpretativamente produtivos, razão pela qual não devem ser excluídas da discussão. Em síntese, os resultados apontam para uma tendência de expansão da variante articulada no português brasileiro contemporâneo, mas

deixam igualmente claro que essa expansão se realiza de modo desigual, segundo ritmos e configurações próprios das diferentes áreas dialetais e comunidades de fala.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se, neste trabalho, destacar a relevância do estudo por oferecer uma descrição, análise e cartografia geossociolinguística da variação no uso do artigo definido antes de nome próprio de pessoas no português brasileiro, com base em *corpus* amplo, contemporâneo e metodologicamente rigoroso do Projeto ALiB. Mesmo contemplando apenas as capitais da rede, a pesquisa é tomada como representativa do quadro nacional e como avanço importante para os estudos morfosintáticos de alcance geolinguístico no Brasil. Os resultados gerais mostram frequência global de 61,6% de uso do artigo, o que sustenta a interpretação de que a variante com artigo é majoritária no português brasileiro contemporâneo e apresenta potencial de expansão. No plano diatópico, Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul exibem índices elevados, ao passo que o Nordeste apresenta percentual sensivelmente menor, embora com comportamento interno heterogêneo, como revelam Fortaleza e Maceió, além da hipótese de crescimento em Teresina. Quanto aos condicionamentos extralinguísticos, as conclusões ressaltam sobretudo a força do fator regional e das especificidades locais, indicando que a ausência de artigo não deve ser interpretada de modo homogêneo, mas em articulação com diferenças entre capitais, regiões e histórias sociolinguísticas. O estudo também mostra que o uso do artigo é produtivo tanto em fala mais controlada quanto em fala mais livre, e que não se explica necessariamente por intimidade, familiaridade ou valor depreciativo, contrariando pressupostos tradicionais. Entre as limitações, reconhecem-se a cobertura restrita às capitais, a comparação apenas parcial com estudos anteriores e a necessidade de observar localidades ainda não investigadas. Como agenda futura, propõem-se análises pragmáticas e discursivas do fenômeno, estudos por agrupamentos morfosintáticos e investigações socio-históricas capazes de esclarecer melhor a distribuição regional e suas motivações. Além disso, este trabalho se apresenta como referência inicial para pesquisas de abrangência nacional, sobretudo por reunir evidências empíricas robustas e por abrir novas frentes interpretativas relevantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA MENDES, A. **A ausência e/ou presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores das cidades de Abre Campo e Matipó - um estudo**

sociolinguístico. 2015. 373f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

AMARAL, E. T. R. **A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais**: Campanha, Minas Novas e Paracatu. 2003. 140f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

CALLOU, D.; SILVA, G. M. O. O uso do artigo definido em contextos específicos. *In*: HORA, D. da (org.). **Diversidade Linguística no Brasil**. João Pessoa: Ideia, 1997. p. 11-27.

CARDOSO, S. A. M. **Geolinguística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CARDOSO, S. A. M. Dialetologia. *In*: MOLLICA, M. C.; FERRAREZI JÚNIOR, C. **Sociolinguística, sociolinguísticas**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2016, p. 13-22.

CARO REINA, J. The definite article with personal names in Romance languages. *In*: CARO REINA, J.; HELMBRECHT, J. (org.). **Proper Names versus Common Nouns**: Morphosyntactic Contrasts in the Languages of the World. Berlin, Boston: De Gruyter Mouton, 2022, pp. 51-92.

CASTRO, A. Os Possessivos em Português Europeu e Português Brasileiro - unidade e diversidade. *In*: **XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**, 2001, Lisboa. Anais do Encontro. Lisboa: APL. 2001. Disponível em: <https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/12/2000-48.pdf>. Acesso em 11 de março de 2026.

CHAMBERS, J. K. **Sociolinguistic theory**. 2nd. Edition. Oxford, Cambridge: Blackwell, 2003.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P. **La dialectología**. Madrid: Visor Libros, 1994.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. **Atlas Linguístico do Brasil**: Questionários. Londrina: Ed. UEL, 2001.

COSERIU, E. **La geografía lingüística**. Cuadernos del Instituto Lingüístico Latino-Americano, Montevideo, n. 11, 1965.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1978.

GILLIÉRON, J.; EDMONT, E. **Atlas Linguistique de la France**. 35 fasc. Paris: Honoré Champion, 1902-1910, 1915.

KOCH, W. As aplicações experimentais do questionário morfo-sintático (extrato). *In*: **II Congresso Nacional da ABRALIN e XIV Instituto Lingüístico**. Florianópolis, Associação Brasileira de Lingüística, 2000.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LIMA, A. F. de; RAZKY, A.; OLIVEIRA, M. B. de. A metodologia geossociolinguística. *In*: RAZKY, A.; OLIVEIRA, M. B. de; LIMA, A. F. de. (Orgs.). **Estudos geossociolinguísticos do português brasileiro**. v. 2. Campinas: Pontes, 2020. p. 11-47.

MORAES, R. N. de. **Uso do artigo definido diante de nome próprio no português brasileiro**: estudo a partir do corpus do Atlas Linguístico do Brasil. 2023. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros. *In*: MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. (Orgs.). **Documentos 2**. Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006.

PEREIRA, D. K. F. **A realização do artigo definido no português falado na região do sertão do Pajeú PE**. 2017. 206f. Dissertação (Mestrado em Letras) Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

RAPOSO, E. P.; NASCIMENTO, M. F. B. Nomes Próprios. *In*: RAPOSO, E. P. *et al.* (Coord.) **Gramática do Português**. Vol 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 991-1041.

RAPOSO, E. (1992). **Teoria da Gramática**: a faculdade da linguagem. Lisboa: Ed. Caminho, 1992.

SILVA, G. M. de O. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. *In*: SILVA, G. M. de O.; SCHERRE, M. M. P. (org.). **Padrões sociolingüísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996a. p.119-145.

SILVA, G. M. de O. O emprego do artigo diante de possessivos e de patronímicos: resultados sociais. *In*: SILVA, G. M. de O.; SCHERRE, M. M. P. (org.). **Padrões sociolingüísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996b. p.265-281.

SILVA-CORVALÁN, C. **Sociolingüística**: teoría y analisis. Madrid: Alhambra, 1989.

TELES, A. R. T. F. **Cartografia e Georreferenciamento na Geolinguística**: revisão e atualização das regiões dialetais e da rede de pontos para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil formuladas por Antenor Nascentes. 2018. 485f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

TRUDGILL, P. **Dialects**. 2nd ed. London: Routledge, 2004.

VERÍSSIMO, V. M. **A sintaxe dos antropônimos em variedades do português brasileiro**. 2020. 163f. Tese (Doutorado em Linguística) Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.